

Congresso deve votar hoje o Orçamento para 2004

Salário mínimo de pelo menos R\$ 270, com aumento real de mais de 5%, é sugerido pelo relator, deputado Jorge Bittar

Projetos instituem mecanismos para evitar prejuízos aos cofres públicos decorrentes de obras paralisadas

Saturnino conclui relatório sobre o PPA que prevê crescimento de 3,5% no ano que vem. Mas falta acordo para votar

Páginas 3 e 4

Convocação permitirá ajustar reformas, diz Ramez Tebet

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Ramez Tebet, afirmou ontem que “a luta pelas reformas” ainda não terminou. Os ajustes necessários, acrescentou, deverão ser feitos durante a convocação extraordinária do Congresso. Para o senador, é preciso “dar o devido



Ramez Tebet

equilíbrio a situações consideradas injustas”, referindo-se às emendas já aprovadas das reformas previdenciária e tributária.

Página 8



Fotos: Geraldo Magela

MUDANÇA Sob protesto dos líderes opositores, Plenário acolheu projeto de lei modificando medida provisória sobre contribuição

Aprovadas novas regras para a Cofins

Plenário acolhe proposta que acaba com a cumulatividade na cobrança do tributo e fixa alíquota em 7,6%. Medida vai à sanção presidencial

Páginas 5 e 6



CONGRESSO NACIONAL
180 ANOS

Marcelo Casal / Radiobrás



SEGURANÇA

Lei do desarmamento da sociedade é sancionada

Em solenidade que contou com a presença do senador José Sarney, o presidente

Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Estatuto do Desarmamento.

Página 7

Lula e Sarney durante a cerimônia no Palácio do Planalto

Mozarildo registra recorde da Zona Franca

Em outubro passado, a Zona Franca de Manaus bateu recorde de empregos dos últimos dez anos, enquanto no resto do país a situação continuava crítica, informou o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).

Para o senador, Manaus é a prova de que centros regionais incentivados são fundamentais no desenvolvimento do país. No caso específico, analisou Mozarildo, são empregos que exigem mão-de-obra qualificada. Além disso, os salários da Zona Franca foram corrigidos, em média, em 18,32% no mês de agosto, revelando uma situação inusitada quando comparado ao restante do país.

Mozarildo afirmou que a maior parte da produção de Manaus é exportada, seja para outros estados, seja para o exterior. Segundo o senador, a fronteira com países andinos e a facilidade de escoamento da produção para a Venezuela e os países do Caribe e das Américas Central e do Norte colocam a Amazônia em situação bastante competitiva. Ele lembrou que a BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, capital de Roraima, "é o caminho natural" para a venda dos eletrônicos da Zona Franca.

— A Amazônia Ocidental é uma região com grandes potencialidades econômicas. De um lado, temos a riqueza da floresta amazônica e o seu potencial para desenvolver áreas como medicina, indústria farmacêutica, química, piscicultura, agroindústria e turismo. De outro, temos a opção de pólos industriais sofisticados que preservam a floresta e seus ecossistemas — observou.

Serys defende benefício para serviço doméstico

■ Para senadora, o Estado deve valorizar o trabalho doméstico não remunerado feito pelas mulheres

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu a ampliação dos benefícios da Previdência Social para o serviço doméstico não remunerado feito pelas mulheres.

Serys disse que a pressão dos movimentos de mulheres foi fundamental para assegurar na reforma da Previdência (PEC 67/03) a criação de um sistema especial para trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes

Célio Azevedo



MOBILIZAÇÃO Serys afirma que pressão dos movimentos influenciou na proposta

acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo, exceto aposentadoria por tempo

de contribuição.

Para a senadora, essa pressão também garantiu que seja acrescentado na PEC paralela (PEC 77/03) um parágrafo para explicitar que o sistema especial abrangerá os trabalhadores sem vínculo empregatício e aqueles sem renda própria dedicados ao trabalho doméstico na residência da própria família e terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do Regime Geral de Previdência Social.

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) disse que é solidário à proposta de Serys e assinou que é um defensor das mulheres. "Sempre ajudo quando estou em casa", assegurou.



Roosevelt Pinheiro

CAUTELA Segundo Papaléo, para cumprir a previsão, país precisa manter o crescimento

Papaléo ressalta estudo sobre economia global

O senador Papaléo Paes comentou análise feita pelo banco de investimentos norte-americano Goldman Sachs, sobre a economia global, em que o Brasil aparece como integrante do bloco das quatro principais economias emergentes do mundo, juntamente com a Rússia, a Índia e a China. O banco nomeou o grupo com as iniciais dos nomes dos países: BRIC. Segundo o estudo, este bloco teria, já na década de 2040, um Produto Interno Bruto (PIB) superior ao do G-6, composto por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, França e Itália.

Dos membros atuais, o G-6 de 2050 só preservaria os Estados Unidos e o Japão. Os demais já haveriam sido substituídos pelos membros do BRIC. O Goldman Sachs baseou-se em recentes projeções demográficas e num modelo de acumulação de capital e crescimento da produtividade. A partir desses dados, o banco estabeleceu os prováveis cenários econômicos globais até 2050, analisando, principalmente, três indicadores econômicos: as taxas de crescimento do PIB, a renda *per capita* e as movimentações de capitais.

Papaléo chamou a atenção para as "armadilhas e alertas" contidos em prognósticos dessa natureza.

— É sabido que toda e qualquer previsão carrega em si o risco da falibilidade. O que está por trás dos bons prognósticos para o Brasil e que atitudes são necessárias para que as previsões do banco se tornem realidade? — perguntou.

Segundo ele, é preciso sustentar taxas de crescimento razoáveis ao longo das próximas décadas, pois um quadro de recessão acabaria com todas as esperanças.

Agenda

Sessão não deliberativa às 14h30

Na sessão de hoje, às 14h30, não haverá votação de matérias. Ela é destinada aos pronunciamentos dos senadores. Os trabalhos do Plenário podem ser acompanhados ao vivo pela Rádio ou pela TV Senado, além da cobertura em tempo real feita pela Agência Senado no site www.senado.gov.br.



Congresso vota Orçamento de 2004

Às 15h, será realizada sessão conjunta do Congresso Nacional, no Plenário do Senado, para a votação do projeto do Orçamento de 2004. Antes, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve se

reunir para retomar a discussão do projeto de lei orçamentária. Ontem, a comissão aprovou o parecer final do relator da proposta, deputado Jorge Bittar (PT-RJ).

Homenagem ao samba

O programa *Memória Brasileira*, exibido pela TV Senado às 11h30, faz uma homenagem a grandes sambistas brasileiros: Noca da Portela, Paulo César Pinheiro, Paulinho da Viola, Peregrino, Dona Ivone Lara, Wilson das Neves, entre outros.

Atendimento ao cidadão

Durante o fim de ano, o serviço A Voz do Cidadão, da Subsecretaria de Relações Públicas, continua a funcionar normalmente, recebendo sugestões e críticas de todo o país. As ligações, feitas pelo telefone 0800 61-2211, são gratuitas.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sérgio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

ORÇAMENTO

Mecanismo
contra obras
inacabadas

Na leitura de seu parecer na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o relator da proposta de lei orçamentária, deputado Jorge Bittar, destacou a importância do trabalho do comitê sobre obras irregulares, que sugeriu dois projetos de resolução que instituem mecanismos para evitar prejuízos decorrentes de obras paralisadas.

Uma das propostas cria o "Quadro Permanente de Obras com Índícios de Irregularidades Graves", a cargo da CMO, com base em informações apuradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O projeto determina ainda que a CMO deve analisar a prestação de informações de obras com irregularidades dentro do prazo constitucional de 90 dias.

– A medida assegura a continuidade do controle dos empreendimentos com vícios danosos ao erário – declarou o relator.

Um segundo projeto de resolução, que faz parte das conclusões do relatório de Bittar, determina que os responsáveis por obras que estiveram na lista das que têm indícios de irregularidades graves há pelo menos três anos são obrigados a prestar informações ao Congresso Nacional sobre as medidas saneadoras que tenham sido implementadas para a retomada das obras.

Membro do comitê que se encarregou de elaborar os projetos de resolução, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu ao presidente da Comissão de Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que adote os procedimentos necessários para que as propostas sejam apreciadas o quanto antes. Mestrinho anunciou que as propostas serão votadas separadamente.



URGÊNCIA Jonas Pinheiro defende a imediata votação das duas propostas

Relator propõe novo salário
mínimo no valor de R\$ 270

■ Quantia sugerida por Bittar corresponde a aumento real de 5% sobre o salário em vigor no país

O relatório do deputado Jorge Bittar (PT-RJ) sobre o projeto de lei orçamentária para 2004, aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), sugere que o aumento do salário mínimo em 1º de maio de 2004 pode chegar a, pelo menos, R\$ 270.

– Não estamos este ano antecipando a definição do valor do salário mínimo. Nossas estimativas sugerem, à luz dos dados hoje disponíveis, que poderá ser concedido novo valor superior a R\$ 270, com aumento real de mais de 5% – diz Jorge Bittar.

As estimativas de arrecadação e de gastos têm que levar em conta diversas despesas orçamentárias importantes, que são vinculadas ao salário mínimo, como o seguro-desemprego, benefícios definidos pela Lei Orgânica de Assistência Social e, especialmente, os bene-



DEBATE Integrantes da CMO aprovam relatório sobre o orçamento

fícios da Previdência Social.

No caso dos benefícios previdenciários, as estimativas levaram em consideração o comportamento de arrecadação e de despesas no segundo semestre de 2003, em projeções de crescimento da massa salarial, da economia resultante da reforma da Previdência, do crescimento vegetativo das despesas com benefícios, do reajuste do salário mínimo e dos demais benefícios.

A necessidade de financiamento do grande déficit da Previdência continua, mas esses cálculos realizados no Congresso levaram à identificação de uma margem de absorção de

despesas previdenciárias da ordem de R\$ 3,6 bilhões entre receitas e despesas.

Com relação ao funcionalismo público, a proposta de orçamento apresentada pelo relator reservou R\$ 5,4 bilhões para atender a novas contratações, reajuste salarial, reestruturação de carreiras e ajuste de benefícios. Desse total, assinou Jorge Bittar, R\$ 1,5 bilhão podem ser usados para a revisão salarial.

De acordo com o deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), o valor identificado por Bittar seria suficiente para um reajuste linear de cerca de 7% sobre a folha de pagamento.

Texto recompõe verbas para a Saúde

Se o relatório do deputado Jorge Bittar for aprovado pelo Congresso, a Comissão Mista de Orçamento terá conseguido recompor o total de dinheiro destinado à Saúde para adequar o Orçamento da União à Emenda Constitucional 29. Ela estabelece um percentual mínimo de aplicação orçamentária no setor. O Congresso deve garantir à Saúde uma verba total de R\$ 33 bilhões. O orçamento original, enviado pelo governo, incluía o dinheiro do Fundo de Combate e Erradica-

ção da Pobreza, no total de R\$ 3,6 bilhões, o que na prática representava uma redução das verbas da Saúde.

A proposta orçamentária previa R\$ 28,9 bilhões, descontadas as dotações do fundo. “Estamos fechando este ano o melhor orçamento de Saúde que o país já teve”, afirmou o relator durante os debates na comissão.

A proposta inicial se baseava no valor empenhado pelo Ministério da Saúde em 2002 (R\$ 24,7 bilhões), volume inferior

ao mínimo calculado pelo Tribunal de Contas da União. “Essa diferença na base de cálculo implicava redução do valor do piso de aplicação em Saúde em cerca de R\$ 453 milhões”, registrou Jorge Bittar.

Para recompor as verbas, a Comissão Mista de Orçamento usou ainda dinheiro de outras fontes livres ou vinculadas à seguridade, além de 30% do valor das emendas individuais de parlamentares e cancelou ainda até 20% de investimentos de outros órgãos.

Estado pobre deve receber mais recursos

Uma das preocupações na elaboração do relatório final sobre a proposta de lei orçamentária, segundo o relator, deputado Jorge Bittar, foi atender à determinação constitucional de que o orçamento fiscal da União deve promover a redução das desigualdades regionais, segundo critérios populacionais.

Dessa forma, explicou Bittar, mesmo com limitações orçamentárias e a escassez de verbas, foi observado o equilíbrio na distribuição de recursos, para que os estados com maior vulnerabilidade econômica possam ser atendidos, de acordo com o contingente populacional.

Segundo o relator, o Nordes-

te deve ficar com 19,7% do total de investimentos do orçamento, enquanto a proposta do Executivo previa 16,7%. O percentual de participação subiu de 6,8% para 11,05%, no caso da região Norte; de 11,05% para 12,8%, no do Sudeste; de 8,5% para 9,4%, no caso do Centro-Oeste; e de 6,8% para 8%, no caso do Sul.

Congresso
pode votar a
proposta hoje

O Congresso Nacional estará reunido em sessão conjunta às 15h de hoje, no Plenário do Senado, para discutir e votar o projeto de Lei Orçamentária de 2004. Os integrantes da Comissão Mista de Orçamento voltam a se reunir às 5h da madrugada de hoje para analisar os mais de mil destaques apresentados ao parecer, aprovado ontem.

Parte do PFL e do PSDB votou contra o primeiro orçamento enviado ao Congresso pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Executivo apresentou uma proposta orçamentária que, depois de várias alterações introduzidas pelo relator, prevê um Produto Interno Bruto (PIB) nominal para 2004 no valor de 1 trilhão e 707 bilhões de reais.

O relatório aprovado estabelece a cifra de R\$ 124,03 bilhões para os gastos com benefícios da Previdência Social, assim como de R\$ 83,69 bilhões para as despesas de pessoal, acrescidas dos encargos trabalhistas.

O relator modificou a proposta de superávit enviada pelo governo para reduzir o valor em R\$ 828 milhões. Com isso, o superávit da União previsto para 2004 ficou em R\$ 53,79 bilhões. Parte desse valor virá do orçamento das estatais, R\$ 11,9 bilhões, mas a maior parte será formada pelos orçamentos fiscal e da seguridade social.

PPA

Consta ainda da pauta do Congresso o Plano Plurianual (PPA), com a projeção dos investimentos públicos federais para o período compreendido entre 2004 e 2007. Mas até a noite de ontem não havia acordo para encurtar os interstícios e assim garantir a votação do relatório do senador Roberato Saturnino (PT-RJ).

A sessão conjunta realizada ontem, às 11h, durou menos de dois minutos. Na presidência dos trabalhos, o deputado Nilton Capixaba (PTB-RO), terceiro-secretário da Câmara dos Deputados, abriu e encerrou a sessão, remarcando outra para hoje.

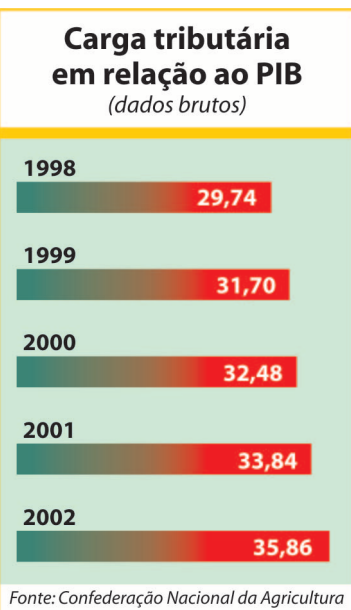
ORÇAMENTO

União terá receita elevada em R\$ 413,4 bi

A reavaliação do projeto de lei orçamentária encaminhado pelo Executivo elevou a receita total da União para R\$ 413,4 bilhões em 2004, com um acréscimo de R\$ 11,3 bilhões. Segundo o relatório final do deputado Jorge Bittar, a participação da receita no Produto Interno Bruto (PIB) sobe de 23,23% para 24,21%. Nos debates na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o PSDB e o PFL protestaram contra o aumento da carga tributária.

Bittar reconheceu essa elevação, mas classificou-a de temporária, referindo-se principalmente às mudanças na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) estabelecidas na Medida Provisória 135/03, que deve garantir R\$ 4,588 bilhões aos cofres do Tesouro no próximo ano. O relator ressaltou que o aumento de receita beneficiará estados e municípios, que contarão com um maior volume de recursos transferidos da União.

Assim, a parcela que deve ficar com a União é de R\$ 7,21 bilhões. Conforme o relatório de Bittar, o Congresso pode emendar R\$ 5,45 bilhões, sendo R\$ 3,58 bilhões para investimentos e R\$ 1,86 bilhão em custeio. O relator mostrou que a Saúde foi o setor que mereceu a maior atenção dos congressistas, seguido pelos setores de educação e infra-estrutura. As prioridades definidas no Orçamento, segundo Bittar, são os gastos sociais, as obras em andamento e a redistribuição dos recursos para compensar desigualdades regionais.



Relatório do PPA já está pronto, mas falta acordo

■ Saturnino prevê crescimento de 3,5% para o ano que vem. Meta de superávit fiscal é de 4,25%



REPARO Roberto Saturnino diz que falta clareza no projeto em relação a diversas áreas

O relator do Plano Plurianual de Investimentos, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), já tem pronto seu relatório, que prevê crescimento econômico de 3,5% para o ano que vem, 4% para 2005, 4,5% para 2006 e 5% para 2007, tendo como parâmetro um crescimento de 0,2% em 2003. Saturnino prevê investimentos de 4,5% do Produto Interno Bruto para o ano que vem e mais 6%, 7% e 8% para os três anos seguintes. O PPA é a lei que estabelece os parâmetros econômicos e de investimentos do país para os próximos quatro anos.

Não há acordo, no entanto, para votar o PPA, porque a opo-

sição não aceita que a lei defina o tamanho do superávit fiscal. O plano prevê metas de superávit primário para 2004 (4,25%), 2005 (3,75%), 2006 (3,50%) e 2007 (3,25%). Há ainda previsão de inflação de 7,5% para 2004 pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), e de 5%, 4,5% e 4%

nos anos seguintes. Pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a previsão é de 5,5% em 2004 e de 4,5%, 4% e 4,5% nos anos seguintes.

As taxas de juros cairão a 8,3% (nominal) e 4,1% (real) em 2007. O projeto prevê a redução da relação dívida pública/Produto Interno Bruto até o percentual de 48,94% em 2007.

O setor de energia é o que mais terá investimentos até 2007, com R\$ 162,7 bilhões, principalmente em hidrelétricas (82,5%) e em termelétricas (12,8%). Na Educação, os recursos chegarão a R\$ 56,5 bilhões até 2007, com prioridade para o combate ao analfabetismo. Em Saúde, os gastos serão de R\$ 133,5 bilhões, com a meta de atender a 100% da população por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). No relatório, Saturnino diz que falta clareza no projeto em relação às diversas áreas.

Bittar prevê retomada de investimentos

Com um cenário macroeconômico bastante favorável para o próximo ano, projetando um crescimento da economia da ordem de 4%, queda dos juros e da inflação, saldo expressivo na balança comercial e aumento do ingresso de capitais estrangeiros, o substitutivo ao projeto de lei orçamentária de 2004, apresentado ontem pelo deputado Jorge Bittar (PT-RJ), prevê a retomada dos investimentos públicos sem abandonar o arrocho fiscal.

– Será um ano melhor para todos nós, mas o Brasil tem que estar preparado para as oscilações internacionais – afirmou Bittar aos parlamentares, depois de ter gasto uma hora para ler as 40 páginas do seu relatório, na reunião da Comissão Mista de Orçamento.

Pela primeira vez, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determinou que o Executivo enviasse ao Congresso Nacional a atualização dos principais parâmetros econômico-fiscais em 30 de outubro, corrigindo as previsões contidas no projeto de lei encami-

nhado em agosto. Os dados deram base para as projeções realizadas pelo Comitê de Avaliação da Receita para o próximo exercício e revisão das estimativas de 2003.

A evolução do Produto Interno Bruto (PIB) “difícilmente excederá 0,4%” este ano e o relatório de Bittar menciona previsões de mercado de apenas 0,2%. Mas com projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o relatório mostra que a aposta em uma variação do PIB brasileiro de 4% acompanha as estimativas de expansão da economia mundial.

Um dos trunfos para essa recuperação econômica será a queda dos juros iniciada em meados de junho deste ano, com redução de dez pontos percentuais até a última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que fixou a taxa básica (Selic) em 16,5%. O relatório de Bittar trabalha com a hipótese de chegar ao fim de 2004 com juros nominais de 12,7%. Essa revisão das previsões, de “7,25% mais baixa do

que se esperava”, proporciona redução nos encargos afetados pela taxa de juros, como a diminuição nos gastos com subsídios e securitização de R\$ 516,2 milhões.

Os índices de inflação também devem apresentar queda em 2004. O parecer de Bittar destaca que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado para o estabelecimento das metas de inflação do Banco Central, poderá ser inferior a 5,5% no acumulado em 12 meses. A evolução da taxa de câmbio surpreendeu os prognósticos iniciais de chegar a R\$ 3,23 em dezembro deste ano e R\$ 3,51 no final de 2004, revisados respectivamente para R\$ 3 e R\$ 3,40.

O substitutivo de Jorge Bittar manteve a meta de 2,4% do PIB de superávit nos orçamentos fiscal e da seguridade para 2004 e de 0,7% do PIB para as estatais, mostrando o rigor na contenção dos gastos. O relator lembrou a exceção feita para o setor de saneamento, que deverá receber R\$ 2,9 bilhões de recursos do superávit primário, como foi acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Deputado admite retenção de recursos

O relator-geral do orçamento, deputado Jorge Bittar, abandonou o tom enfático que usou na fase das negociações setoriais, de defesa do compromisso entre Legislativo e Executivo pelo não contingenciamento em 2004, e preferiu ser cauteloso no seu parecer final. Ele admitiu que poderá haver um “eventual contingenciamento no início do ano” como uma espécie de salvaguarda para adequar o fluxo de caixa do governo federal.

Nos debates na Comissão Mista de Orçamento, Bittar explicou que o governo poderá adotar de forma preventiva um represamento em função das chamadas receitas atípicas, orçadas em R\$ 4,4 bilhões, que resultam de cobranças judiciais e da recuperação de recursos desviados do Imposto de Renda, como os casos detectados pela CPI do Banestado que estão sendo notificados pela Receita Federal.

O deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) disse que o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, que teria dito em entrevista à imprensa que o orçamento aprovado no Congresso será cumprido e que dificilmente haverá contingenciamento, está fazendo “um jogo da Poliana, um jogo do contente”. Na avaliação do deputado, está visível que o orçamento será contingenciado, devido aos furos existentes. Um deles é o valor orçado para o Fundo de Compensação das Exportações, de R\$ 4,3 bilhões, portanto, abaixo dos R\$ 6,5 bilhões negociados na reforma tributária. Alberto Goldman chegou a chamar Mantega de Pinocchio.

Em seu parecer, Bittar registrou que 2004 deve representar um marco em termos orçamentários, “permitindo que as prioridades apontadas pela sociedade sejam de fato executadas, deixando para trás a visão pejorativa do orçamento como peça de ficção”.

COFINS

Vai à sanção do presidente da República projeto de lei de conversão alterando a medida provisória que acaba com a cumulatividade na cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. Nova alíquota é de 7,6%

Aprovadas novas regras para a contribuição

O Senado aprovou ontem proposta que acaba com a cumulatividade na cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e fixa a nova alíquota em 7,6% – 153,3% superior à utilizada na incidência cumulativa, que é de 3%, conforme lembrou o relator da matéria, senador Delcídio Amaral (PT-MS). Foram 41 votos a favor e 9 contrários. A matéria vai à sanção presidencial.

De acordo com o texto aprovado (projeto de lei de conversão proveniente da Medida Provisória 135/03), o fato gerador da Cofins não-cumulativa é o faturamento mensal, isto é, a totalidade das receitas da pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil. Essa totalidade compõe-se da receita bruta da venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia e de todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica.

A base de cálculo da Cofins não-cumulativa é o faturamento mensal da pessoa jurídica, excluídas as receitas isentas ou não alcançadas pela incidência da contribuição ou



VOTAÇÃO Projeto com mudanças na MP da Cofins recebeu em Plenário o apoio de 41 senadores. Nove se manifestaram contra

sujeitas à alíquota zero; as não-operacionais, decorrentes da venda de ativo permanente; as auferidas pela pessoa jurídica revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na

condição de substituta tributária, entre outras. Sobre a base de cálculo assim apurada, é aplicada a alíquota de 7,6% para determinar o valor da Cofins.

Ainda de acordo com o texto aprovado ontem pelo Plenário

do Senado, a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a bens e serviços utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis

e lubrificantes, à energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica, a aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa, entre outros itens

Diversos setores são beneficiados com medida

A MP faculta às pessoas jurídicas que produzam determinadas mercadorias de origem animal ou vegetal a dedução de crédito presumido sobre o valor dos bens e serviços adquiridos de pessoas físicas para utilização como insumos. Não há incidência da Cofins sobre as receitas decorrentes das operações de exportação de mercadorias, prestação de serviços a pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, com pagamento em moeda conversível, e vendas a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.

A incidência não-cumulativa da Cofins não se aplica a instituições financeiras, a pessoas jurídicas que tenham por objeto a securitização de créditos, a operadoras de planos de assistência à saúde, a pessoas jurídicas tributadas pelo Impos-

to de Renda com base no lucro presumido ou arbitrado, a pessoas jurídicas optantes pelo Simples, a pessoas jurídicas imunes a impostos, a órgãos públicos, autarquias e fundações públicas, a sociedades cooperativas, entre outras. Não se aplica também a receitas decorrentes de operações sujeitas à substituição tributária da Cofins e a receitas auferidas na prestação de serviços de telecomunicações e das empresas jornalísticas, entre outras.

O projeto de lei de conversão apresentado pelo relator na Câmara, deputado Jamil Murad, promoveu várias alterações. Entre elas, as referentes à manutenção da incidência da Cofins com a alíquota de 3%, em vez de 7,6%, mantida a cumulatividade do tributo, para os setores de saúde, educação e transporte coletivo.



PARECER Delcídio afirma que proposta contempla anseios de vários segmentos

Delcídio vê facilidade na tributação

Ao apresentar parecer favorável ao projeto de lei de conversão, o senador Delcídio Amaral disse que o mérito da proposta parece inegável, pois facilita a tributação, informatiza as atividades das aduanas e contempla o anseio de vários segmentos da economia, com os aperfeiçoamentos introduzidos pelo relator da matéria na Câmara. “Meu voto é pela aprovação da MP 135 pelos impactos que acarretará no desenvolvimento do país.”

Oposicionistas contestam decisão de votar ontem

Para que a medida provisória que altera a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) pudesse ser apreciada, a sessão não deliberativa do Senado de ontem teve que ser transformada em deliberativa. Logo após anunciar a modificação do *status* da sessão, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que presidia os trabalhos no momento, teve sua decisão contestada pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI). Ele disse que a mudança teria que estar amparada em um acordo de líderes.

Serys e, logo em seguida, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que passou a presidir os trabalhos, citaram vários artigos do Regimento Interno do Senado para esclarecer que a Mesa, com o recebimento da medida provisória na última sexta-feira, às

18h30, tinha poderes para transformar a sessão em deliberativa. Essa posição foi reforçada pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que complementou que a decisão tem amparo na própria Constituição federal. O senador Tião Viana (AC), líder do PT, também pronunciou-se destacando a legalidade da medida.

Quando passou a presidir os trabalhos, o senador José Sarney (PMDB-AP) esclareceu que a MP da Cofins somente não foi votada na última sexta-feira em virtude de a proposta não ter chegado até o final da sessão, às 15h20.

A pedido do senador José Agripino (PFL-RN), a decisão da Mesa de transformar a sessão foi submetida a Plenário. Dos 49 senadores presentes, 41 ratificaram a decisão e 8 votaram contra.

COFINS

Mudança na sessão de ontem, que se tornou deliberativa, foi criticada pela oposição, durante discussão da MP. Senadores acusam lideranças do governo de descumprir acordo e apontam prejuízos pela aprovação da proposta

ARTHUR VIRGÍLIO



Fotos: Gerardo Magela

Medida mata empregos e aumenta carga tributária

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), acusou as lideranças do governo de aplicarem um golpe ao transformarem a sessão não deliberativa de ontem em sessão deliberativa, para possibilitar a votação da medida provisória (MP) que acaba com a cumulatividade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e eleva a sua alíquota de 3% para 7,6%.

– Marca-se uma batalha sem que o adversário conheça as regras e não lhe é permitido usar suas poucas armas. Pensei que o governo havia se curado da arrogância. Nos sentimos violados. O governo acaba mal o ano na relação com a oposição. Não me peçam para negociar mais. Não tolero o vício da deslealdade – afirmou.

Para Arthur Virgílio, o governo está aplicando sua voracidade para aumentar a carga tributária do país. Ele relatou conversa com empresária que emprega 1.500 pessoas e que, com o aumento da Cofins, será obrigada a demitir 500 dos seus empregados.

– Essa medida mata empregos e mascara o incremento da carga tributária – alertou.

O senador acrescentou que se o governo lhe desse os dados que solicitou, provaria que a MP aumenta a carga tributária.

LÚCIA VÂNIA

Obras em andamento deverão ter aumento de custo

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) lamentou ontem a manobra utilizada pelo PT para apressar a votação do projeto de conversão à Medida Provisória 135, que acaba com a cumulatividade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

– Como votar sem a presença de senadores que tiveram atuação importante na reforma tributária? Não é demais repetir que a MP da Cofins é perversa para o contribuinte e para diversos setores – disse.

Lúcia Vânia explicou que a mudança de alíquota significa um aumento de 153,33% para as empresas, especialmente no setor de cons-



trução civil e no mercado imobiliário. Para a senadora, isso trará prejuízo para os compradores de imóveis, para os governos que contratam obras públicas, poderá gerar desemprego ainda maior e incentivar a informalidade.

– Quero destacar também que os contratos em andamento poderão ter aumento de custos.

Outro setor, o de serviços, foi apontado por Lúcia Vânia como prejudicado pela mudança na Cofins, pois recolherá valor maior sem ter base para formação de crédito em valor relevante.

OSMAR DIAS



Produtores rurais serão novamente prejudicados

Ao declarar seu voto contrário à aprovação da medida provisória que estabelece aumento da cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou ontem que a iniciativa prejudica alguns setores, especialmente o dos pequenos produtores rurais. Segundo o senador, o governo beneficia com o crédito presumido apenas os produtores integrados à indústria.

Assim, completou o parlamentar, os agricultores que produzem banana, feijão, batata, além de outros itens mais ligados ao consumo, e que se caracterizam pela mão-de-obra familiar e pelos pequenos volumes produzidos, não terão o benefício, mesmo arcando com o aumento dos tributos.

– Voto contra porque essa medida provisória é um peso a mais no bolso do produtor rural, e considero a proposta contraditória com o programa Fome Zero por aumentar a carga tributária justamente para o consumo dos gêneros de primeira necessidade – afirmou Osmar Dias.

PAULO OCTÁVIO

Construção civil poderá desempregar mais 1 milhão

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) manifestou sua indignação pelo fato de os parlamentares serem convocados de última hora para a votação de matéria de alta importância, ao se referir ontem à votação da medida provisória que acaba com a cumulatividade na cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e fixa a nova alíquota em 7,6% (MP 135). O senador disse que a MP poderá provocar o aumento da informalidade já que o empresário brasileiro não vai poder arcar com o aumento da carga tributária.

Em sua opinião, ao lado dos setores agropecuário e de turismo, um



dos segmentos que mais serão prejudicados com a medida é a indústria da construção e o setor imobiliário. Paulo Octávio lembrou que a construção civil já decresceu 10% e desempregou mais de 1 milhão de trabalhadores, e advertiu que poderá desempregar mais 1 milhão já que terá aumento de 4,6% na carga tributária.

O senador citou documento do Conselho de Desenvolvimento Social, ligado ao governo, que alertava o Executivo para o aumento da carga tributária para alguns setores produtivos.

JOSÉ AGRIPINO

Entre imposto e emprego, o governo fica com o primeiro

Durante a discussão da medida provisória (MP) que acaba com a cumulatividade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), ontem, o senador José Agripino (PFL-RN) afirmou que a oposição sempre se reuniu com o governo quando convocada, e lamentou a votação dessa matéria “sem discussão e sem entendimento”. O senador disse que esperava mais maturidade na relação entre governo e oposição.

– Fomos apanhados de surpresa com a votação da MP. Isso terá consequências nas relações de governo e oposição – alertou o líder do PFL.

O parlamentar lembrou que, diferentemente



te da votação da proposta paralela da reforma da Previdência, em que houve unanimidade, a da Cofins registrará o “placar do confronto”.

– O governo está dizendo: essa matéria será como eu quero, não como as pessoas que empregam gostariam que fosse – salientou.

Na opinião de Agripino, os setores que mais perdem com a MP são os de prestação de serviço, transportes de passageiros, construção civil e microempresários.

– Entre o imposto e o emprego, o governo fica com o primeiro.

HERÁCLITO FORTES

Votação quebrou acordo firmado na sexta-feira

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) lamentou ontem, durante a discussão da Medida Provisória da Cofins, que o governo tenha descumprido o acordo firmado na semana passada. O senador criticou o governo por ter feito um acordo na sexta-feira, e ontem ter posto a matéria em votação sem aviso prévio à oposição.

Heráclito observou que os senadores da oposição haviam acordado votar a manutenção da tabela do Imposto de Renda na sexta-feira, como efetivamente foi feito, mas pediram mais tempo para votar a Cofins. Segundo o senador, o governo havia concordado.

O parlamentar afirmou ainda que o governo justifica o aumento de tributação pela necessidade de aumentar a arrecadação, pois precisa investir e tem compromissos e metas. No entanto, ele disse ter presenciado desperdício feito pelo governo: um broche foi distribuído aos senadores, em nome do ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, agradecendo pela votação favorável à reforma da Previdência e com votos de feliz Natal.

Heráclito lembrou que no governo Fernando Henrique esse tipo de gasto foi proibido e sugeriu que o PT fizesse o mesmo. Em aparte, Tião Viana (PT-AC) informou que os broches foram feitos com recursos de sindicato de servidores públicos.



Mozarildo defende a valorização dos municípios

Os resultados do estudo *O Perfil dos Municípios Brasileiros e Gestão Pública 2001*, divulgado recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levaram Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) a pedir ações que valorizem os municípios brasileiros.

O senador apontou a tendência de favelização das grandes cidades, ao passo que os pequenos municípios, especialmente das regiões mais pobres, não têm infra-estrutura básica, equipamentos culturais, instrumentos de justiça e cidadania e de incentivos a novos investimentos econômicos. Mozarildo condenou o fato de a imprensa atribuir a prática da corrupção a dirigentes municipais, quando os maiores escândalos foram praticados em nível federal.



Caixa alia função social a bom desempenho, ressalta Jucá

Ao procurar aliar função social a bom desempenho econômico, a Caixa Econômica Federal (CEF) tem conseguido se firmar, desde os tempos do Império, como um dos mais importantes instrumentos governamentais de democratização do acesso ao crédito e viabilização de programas sociais. A constatação partiu do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que vê, na história da instituição, a prova de que é possível colocar o capital financeiro como aliado, e não como algoz, do povo brasileiro.

Desde a sua fundação pelo imperador dom Pedro II, em 1861, a Caixa tem como missão conceder empréstimos a juros mais baixos e incentivar a poupança popular, estando presente em todos os 5.561 municípios do país, comentou Jucá.



João Ribeiro quer alunos da rede pública na universidade

O senador João Ribeiro (PFL-TO) disse que o Congresso Nacional não pode ficar alheio à discussão lançada pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, em entrevista à revista *Época*, para quem as universidades públicas devem passar a cobrar mensalidades dos estudantes de famílias mais abastadas, mantendo a gratuidade para os universitários de baixa renda. O senador, que criticou o modelo de ensino público superior do país, afirmou que concorda com a proposta do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que reserva cotas de vagas para alunos oriundos das escolas públicas.



Flávio Arns reivindica mais agências do INSS no Paraná

Flávio Arns (PT-PR) manifestou seu apoio a proposta da Superintendência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do Paraná de aumentar o número de agências no estado.

– Com o aumento do número de agências por população atendida, a Superintendência do INSS no Paraná prevê uma injeção de renda pelo mecanismo de redistribuição da receita previdenciária de aproximadamente R\$ 3 bilhões por ano, fomentando a economia do Paraná, o que afetaria positivamente o volume de arrecadação do estado – informou Flávio Arns.

O senador ressaltou que o Paraná, com 399 municípios e mais de 9,5 milhões de habitantes, é hoje o quinto estado em arrecadação.



Proibido o porte de arma para o cidadão comum

■ Estatuto do Desarmamento é sancionado por Lula em solenidade no Palácio do Planalto

O cidadão comum não poderá mais portar arma de fogo em todo o território nacional. O Estatuto do Desarmamento, que trata do registro, do porte e da comercialização de armas de fogo, aprovado pelo Senado em 9 de dezembro, foi sancionado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em solenidade no Palácio do Planalto.

De acordo com o estatuto, somente poderão portar armas os integrantes das Forças Armadas, as guardas municipais das capitais e dos municípios com mais de 250 mil habitantes, agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e da segurança da Presidência da República, todos os órgãos policiais, agentes e guardas prisionais, de escolta de presos, guardas portuários e agentes de empresas de segurança pri-



AGRADECIMENTO O presidente do Senado, José Sarney (C), participou da solenidade em que Lula agradeceu ao Congresso

vada e de transporte de valores.

Também poderão portar armas os praticantes de esportes com uso de armas de fogo e os colecionadores. Os registros para atiradores, caçadores, colecionadores, integrantes da PF, magistrados e membros do Ministério Público ficarão a cargo do Comando do Exército. Os residentes de áreas rurais que comprovarem a necessidade da arma para sustento da família poderão ter o porte de armas

na categoria “caçador”.

O presidente Lula agradeceu mais uma vez ao Congresso Nacional e comentou que o Estatuto do Desarmamento, se não é a solução para o problema da violência no país, “tem um peso excepcional” até que seja realizado o referendo popular que decidirá sobre a proibição total de vendas de armas no Brasil. Ele disse que somente a verdadeira justiça social pode acabar com a violência.

Demostenes critica política de segurança

O senador Demostenes Torres (GO), falando em nome da liderança de seu partido, o PFL, condenou o atual sistema penitenciário e a falta de condições de trabalho da Polícia Federal (PF). Ele citou três recentes rebeliões de encarcerados e cobrou do governo o cumprimento de acordo que previa a implantação do Regime Disciplinar de Segurança Máxima – que torna rigoroso o tratamento penal para os chefes do crime organizado – aprovado pela Subcomissão de Segurança Pública do Senado e que não foi acatado pela Câmara.

– Para um grupo de presos perigosos se revoltar contra uma norma aprovada pelo Congresso Nacional é porque ela deve ser boa. No caso, poderia ser muito melhor se o governo tivesse cumprido os compromissos assumidos nesta Casa e mantido na Câmara as conquistas do Regime Disciplinar de Segurança Máxima – observou, explicando que as rebeliões se voltaram contra a entrada em vigor do Regime Disciplinar Diferenciado



RIGOR Demostenes cobra tratamento severo para chefes do crime organizado

(RDD), mais leve que o de Segurança Máxima.

Para Demostenes, a decisão do governo e os motins demonstram a “frouxidão institucionalizada” que se instalou no país, pois, conforme o senador, até os detentos de regime fechado duvidam que o governo se submeta à legislação.

– Se nem o governo segue as leis e muito menos obedece ao que garante, por que é que quem está cumprindo pena tem de obedecer? – indagou.

Demostenes também de-

monstrou preocupação com a falta de dinheiro e de equipamentos para o trabalho dos policiais federais. De acordo com o senador, faltam comida, gasolina e munição para a corporação, e até os vãos para descobrir pistas clandestinas e laboratórios de cocaína foram suspensos por falta de recursos.

Houve um corte nas verbas orçamentárias da PF e no Fundo Nacional de Segurança Pública, informou Demostenes, acrescentando que já existem pessoas questionando se o tratamento que vem sendo dado aos policiais federais não é uma represália por eles terem desvendado escândalos que envolvem pessoas poderosas, nas chamadas operações Anaconda e Praga do Egito.

O senador criticou a possibilidade de uma nova lei permitir a soltura de cerca de 40 mil presos, entre eles bandidos perigosos.

– Não adianta a polícia prender, o Ministério Público denunciar e a Justiça condenar se a política oficial do governo é soltar bandido – enfatizou.

Capiberibe cita eficiência da telemática



Roosevelt Pinheiro
Capiberibe instalou sistema quando governou o Amapá

A telemática é o mais novo instrumento de combate à corrupção, disse ontem o senador João Capiberibe (PSB-AP) ao citar dois exemplos da eficiência desse instrumento para levantar indícios de irregularidades. O senador revelou ter detectado, por meio do Siafem (consulta *on line* sobre despesas do governo do Amapá), duas irregularidades. O programa, que foi implantado quando Capiberibe era governador do estado, é semelhante ao Sistema Integrado de Fiscalização e Gastos (Siafi) do governo federal.

Capiberibe afirmou ter conseguido, em 24 horas, que a Justiça bloqueasse a conta de uma empresa que recebeu um empenho de R\$ 2,4 milhões para treinamento de pessoal.

Ideli lembra o apoio de CPI à Receita Federal



Márcia Kolumbe
Ideli informou que autuação envolve R\$ 213 bilhões

Em discurso no Plenário, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que será "uma vergonha" se a Receita Federal continuar não tendo acesso a dados sobre remessas de divisas ao exterior. Ela disse que a Receita conseguiu dados sobre o período entre 1998 e 2002 graças ao trabalho da CPI do Banestado. Com as informações, o órgão pôde autuar instituições financeiras, pessoas jurídicas e pessoas físicas, envolvendo quantia de R\$ 213 bilhões.

Segundo a senadora, no início da CPI, imaginava-se que a evasão alcançasse valores em torno de US\$ 30 bilhões. A Receita Federal chegou ao valor de R\$ 213 bilhões graças à quebra de sigilo, informou.

Tebet: luta pelas reformas não pode ser interrompida

Parlamentar adverte para a necessidade de se corrigirem situações consideradas injustas

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou ontem, em discurso no Plenário, 2003 como o melhor ano na luta pelas reformas. Ele observou, no entanto, que "essa luta não se esgota em apenas uma batalha", e defendeu a convocação extraordinária do Congresso a fim de que o processo de mudanças tenha continuidade.

– Impõe-se, portanto, a convocação para se procurar fazer um ajuste, de forma a dar o devido equilíbrio a situações consideradas injustas – acrescentou o parlamentar.

Para Tebet, as reformas, apesar de ainda não estarem consolidadas, "até chegaram a superar os choques de interesses, escalando e chegando a um patamar inédito em nossa história contemporânea".

– Fez-se o que era possível. Mas há uma razoável taxa em torno do possível que ainda poderá ser atingida, caso posamos colocar o nosso esforço, a nossa criatividade, o nosso idealismo a serviço da coleti-



Gerardo Magela
CRÍTICA Tebet diz que mudança tributária não contribuirá para modernizar entes federativos

vidade e dos anseios de toda a nação – destacou.

Tributos

Sobre a reforma tributária, Tebet disse que "ela não contribui para modernizar e nem para dar força à União, aos estados e aos municípios".

– Esta é a razão pela qual podemos, mais uma vez, concluir que os grandes sacrifícios foram colocados sobre os ombros dos contribuintes, a quem, em última análise, caberá pagar a conta do atraso, saldar a conta da ineficiência, enfim, assumir o ônus da expansão da arrecadação, que, segundo as análises, até poderá crescer de 37%

para 40% do Produto Interno Bruto (PIB).

Tebet afirmou que, na esfera dos tributos, o espírito cívico cedeu lugar ao particularismo e a solidariedade cidadã foi substituída pelo imediatismo e pela visão quase maniqueísta dos entes federativos.

Crise crônica

– União, estados e municípios, na defesa de seus interesses, ao fatiarem as reformas, na verdade estão prolongando o ciclo de uma crise crônica que se arrasta há muito tempo, a demonstrar que não foi dessa vez que o Estado brasileiro conseguiu fazer a reforma em profundidade, que seja capaz de lhe conferir integração ao espírito de um novo tempo, em que são prioritários os valores da eficácia e da eficiência, da agilidade e da modernização institucional – destacou o senador mato-grossense.

Não por acaso, observou Tebet, "os municípios continuarão a pontuar sua fragilidade, o que significa que continuarão de pires na mão a depender dos entes mais fortes".

Apartearam o discurso de Ramez Tebet os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Paulo Paim (PT-RS), Tião Viana (PT-AC), Augusto Botelho (PDT-RR) e Eurípedes Camargo (PT-DF).

ACM: horário de verão em todo o Brasil



Jone de Araújo
Para ACM, atual sistema traz prejuízos

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou projeto que obriga o Executivo a, quando da adoção do horário de verão, estendê-lo para todo o país. Ele justificou que o horário adotado parcialmente traz prejuízos a vários tipos de atividades econômicas.

– Historicamente, o instituto do horário de verão consolidou-se como importante instrumento de economia de energia, notadamente nos momentos de crise energética por que passou o país nos últimos anos. É importante ressaltar que a adoção de um horário de verão para todo o território nacional não traria prejuízos financeiros, nem tampouco acréscimo no consumo de energia – afirmou.

Agripino cobra dados sobre a plataforma P-52

Por meio de requerimento enviado à Mesa, o senador José Agripino (PFL-RN) solicita à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, informações sobre o valor total dos gastos que a empresa teve com publicidade para divulgar a contratação da construção da plataforma de petróleo P-52.

O senador disse ter ficado estupefato, nesse fim de semana, ao constatar o volume de publicidade sobre o assunto publicado em jornais e revistas e divulgado pelas emissoras de televisão e rádio.

– Contratar a plataforma junto a produtores brasileiros é uma ótima iniciativa. Mas faço um confronto sobre o valor da contratação, mais de US\$ 900 milhões. A P-40, que é capaz de succionar 150 mil barris de petróleo por dia, apenas 20% a menos do que a capacidade da P-52, que é de 180 mil barris, custou US\$ 340 milhões. Ou seja, a P-52 está custando três vezes mais e com uma capacidade apenas 20% superior.

Ana Júlia relata atuação de subcomissões

A importância do trabalho realizado este ano pela Subcomissão Temporária da Extração Mineral do Senado foi destacada, em discurso no Plenário, pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), presidente do colegiado. Ela informou que o órgão, vinculado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), promoveu várias audiências públicas, inclusive nos estados.

As audiências na subcomissão, segundo a senadora, contaram com a presença de representantes das empresas mineradoras, bem como do Ministério de Minas e Energia e do Departamento Nacional de Produção Mineral.

– Também fomos onde existem os projetos de exploração de minérios, nos reunimos com



Gerardo Magela
DEBATE Ana Júlia Carepa destacou audiências públicas sobre o setor mineral do país

o poder local – prefeitos e vereadores – e com a sociedade, que manifestou seu desejo de maior controle social dos recursos

repassados aos municípios como compensação pela exploração mineral e o consequente impacto ambiental – salientou.

Ana Júlia Carepa comentou ainda a atuação da Subcomissão Permanente das Agências Reguladoras – da qual também é presidente –, subordinada à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC).

A senadora assinalou que o colegiado reuniu-se apenas uma vez, já que o Senado estava envolvido com as reformas da Previdência e tributária. Ela assumiu o compromisso de dar continuidade à discussão sobre a universalização dos serviços de telefonia pública, conforme prevê o Plano Geral de Universalização.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Heráclito Fortes e pela senadora Serys Slhessarenko